

CONCURSO PÚBLICO

CÓDIGO S05	PROVA V	ATENÇÃO VERIFIQUE SE CÓDIGO E PROVA DESTE CADERNO DE QUESTÕES CONFEREM COM O SEU CARTÃO DE RESPOSTAS
MANHÃ		



MUNICÍPIO DE VITÓRIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONCURSO
SEME

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA III DINAMIZADOR DE ARTES - 25 HORAS (ÂMBITO DE ATUAÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL)

FRASE PARA EXAME GRAFOLÓGICO (TRANSCREVA NO QUADRO DE SEU CARTÃO DE RESPOSTAS)

“Querer, querer sempre, com todas as forças.”

Vittoria Alfieri

A T E N Ç Ã O

1. O **Caderno de Questões** contém questões de múltipla-escolha, cada uma com 5 opções (A, B, C, D e E) e discursivas.
2. Ao receber o material, verifique no **Cartão de Respostas** e **Folha de Resposta da Discursiva** seu nome, número de inscrição, data de nascimento, cargo, prova e opção de língua estrangeira. Qualquer irregularidade comunique imediatamente ao fiscal de sala. Não serão aceitas reclamações posteriores.
3. As provas objetiva e discursiva terão juntas duração de 4:30 horas, incluído neste tempo o preenchimento do **Cartão de Respostas** e **Folha de Resposta da Discursiva**.
4. Leia atentamente cada questão e assinale no **Cartão de Respostas** a opção que responde corretamente a cada uma delas. O **Cartão de Respostas** será o único documento válido para a correção eletrônica. O preenchimento do **Cartão de Respostas** e a respectiva assinatura serão de inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição do **Cartão de Respostas**, por erro do candidato.
5. Observe as seguintes recomendações relativas ao **Cartão de Respostas**:
 - A maneira correta de marcação das respostas é cobrir, fortemente, com esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada.
 - Outras formas de marcação diferentes implicarão a rejeição do **Cartão de Respostas**.
 - Será atribuída nota zero às questões não assinaladas ou com falta de nitidez, ou com marcação de mais de uma opção, e as emendadas ou rasuradas.
6. O fiscal de sala não está autorizado a alterar qualquer destas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.
7. Você só poderá retirar-se definitivamente do recinto de realização da prova após 1 hora contada do seu efetivo início, **sem levar o Caderno de Questões**.
8. Você só poderá levar o próprio **Caderno de Questões** caso permaneça na sala até 1 hora antes do término da prova.
9. Por motivo de segurança, só é permitido fazer anotação durante a prova no **Caderno de Questões**, no **Cartão de Respostas** e na **Folha de Resposta da Discursiva**. Qualquer outro tipo de anotação será motivo de eliminação automática do candidato.
10. Após identificado e instalado na sala, você não poderá consultar qualquer material, enquanto aguarda o horário de início da prova.
11. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o **Cartão de Respostas** e a **Folha de Resposta da Discursiva**.
12. Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o **Cartão de Respostas** e a **Folha de Resposta da Discursiva**. Não esqueça seus pertences.
13. O **Gabarito Oficial da Prova Objetiva** será disponibilizado no site www.funcab.org, conforme estabelecido no Cronograma.

BOA PROVA

CADERNO DE QUESTÕES

Realização:



Leia o texto abaixo e responda às questões de 01 a 04.

TEXTO 1

VANTAGENS DA UNIFICAÇÃO ORTOGRÁFICA

Patenteiam-se as vantagens de uma unificação ortográfica pelo esforço por que de há muito vem lutando as duas Academias (1), até chegar a este momento histórico de sete nações independentes se reunirem para concretização desse propósito comum.

A possibilidade dessa unificação e os resultados positivos de toda sorte que dela se hão de colher são atestados pelas nações em cujas línguas os textos são escritos conforme uma unificação ortográfica. Assim se apresentam, por exemplo, os textos - oficiais ou não - em espanhol, ainda que editados na Espanha, no México ou na Argentina, guardadas as particularidades linguísticas que distinguem cada uma dessas variedades diatópicas (2).

Somem-se a essa demonstração de maturidade linguística e política as vantagens advindas da difusão e ilustração desse idioma no mundo, da maior facilidade do seu ensino como língua materna e como segunda língua de cultura e de comércio, bem como a mais competitiva comercialização de produtos literários, científicos e tecnológicos exarados com uniformidade de grafia.

Se acordos internacionais passaram a permitir que os milhares e milhares de pessoas incluídas na medida pudessem transitar sem os incômodos da polícia alfandegária e das constantes trocas de moedas, por que um reduzidíssimo número de nossas palavras também não pode transitar vestido uniformemente por todos os domínios geopolíticos da Língua Portuguesa? A unidade de grafia é mais uma prova que exemplifica a consciência da unidade lusófona.

(BECHARA, Evanildo. *A nova ortografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 27.)

NOTAS:

- (1) "as duas Academias": a Academia de Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras.
 (2) "variedades diatópicas": formas distintas de uso de uma mesma língua em diferentes regiões; no caso, em diferentes países de língua espanhola.

1. A leitura do texto acima permite concluir que entre os argumentos apresentados pelo Professor Evanildo Bechara em favor da unificação ortográfica entre os países lusófonos NÃO se pode incluir o seguinte:

- A) os resultados positivos que foram obtidos com a unificação ortográfica por países de idioma único, como, por exemplo, os países de língua espanhola.
 B) o fato de a unidade ortográfica constituir-se numa demonstração de maturidade linguística e política por parte dos países signatários do Acordo.
 C) as vantagens no sentido da divulgação e notoriedade da língua portuguesa pelo mundo, da maior facilidade do seu ensino como língua materna e como segunda língua de cultura e de comércio.
 D) mais competitiva comercialização de produtos literários, científicos e tecnológicos lavrados com uniformidade de grafia.
 E) facilidade no trânsito de pessoas, de entrada ou saída nos países lusófonos, bem como na troca de moedas dentro desses países, prova que exemplifica a consciência da unidade lusófona.

2. Na verdade, o Acordo Ortográfico só foi possível porque, ao contrário do que ocorreu em outros momentos em que se tentou a unificação, foram feitas inúmeras concessões tendo em vista os casos de divergência e oscilação de pronúncia no espaço lusófono. Entre as alterações ortográficas abaixo relacionadas previstas no Acordo, NÃO foi resultado de uma concessão em razão das oscilações de pronúncia a seguinte:

- A) desnecessidade de emprego do acento gráfico na vogal da sílaba tônica dos ditongos ei e oi dos vocábulos paroxítonos, que ora são abertos, ora fechados, como proteico, comboio, etc.
 B) duplicidade de emprego do acento agudo ou circunflexo quando a divergência incidir no timbre aberto ou fechado, respectivamente, da vogal da sílaba tônica, como bebê ou bebé.
 C) abolição do emprego do trema em palavras portuguesas e aportuguesadas, como cinquenta, lingueta, sendo mantido apenas em palavras derivadas de nomes próprios estrangeiros, como hubneriano.
 D) facultatividade na representação, na escrita, de consoante, quando ocorrer a pronúncia e o encurtamento da mesma, como em subtil e sutil.
 E) duplicidade de flexão e de presença ou ausência de acentuação gráfica daí decorrente de verbos, como arguir, redarguir, aguar, apaziguar, delinquir, etc.

3. O Acordo Ortográfico, a rigor, alterou a grafia de um percentual mínimo de palavras, se forem consideradas as normas ortográficas que estavam em vigor. Das alterações gráficas abaixo relacionadas, está em DESACORDO com as novas normas estabelecidas pelo Acordo a seguinte:

- A) o monossílabo tônico por (verbo) deixa de ter acento circunflexo para diferenciar-se do monossílabo átono por (preposição); também deixa de ser acentuada, mas passa a receber hífen, a locução por-do-sol.
 B) perdem o acento gráfico as formas verbais paroxítonas que contêm um e tônico oral fechado em hiato com a terminação -em, como em creem, ou a vogal tônica fechada do hiato oo, em palavras paroxítonas seguidas ou não de -s, como enjoo.
 C) pode ser acentuada ou não a palavra fôrma (substantivo) distinta de forma (substantivo ou verbo), sendo acentuada nos casos em que no texto possa haver ambiguidade.
 D) deixam de ser acentuadas as vogais tônicas i e u das palavras paroxítonas, quando estas vogais estiverem precedidas de ditongo, como em feiura; essas vogais serão acentuadas em palavras oxítonas, quando, mesmo precedidas de ditongo, estão em posição final, sozinhas na sílaba, ou seguidas de -s, como em Piauí.
 E) nas palavras formadas por derivação prefixal, emprega-se o hífen quando o 1º elemento termina por vogal idêntica à que inicia o segundo elemento, como em anti-ibérico; se o 1º elemento terminar por vogal diferente daquela que inicia o 2º elemento, escreve-se sem hífen, como em antiaéreo.

4. Abaixo foram transcritas cinco estrofes de poemas de representativos escritores brasileiros e portugueses. Ao lado de cada transcrição, o texto foi repetido com as alterações gráficas previstas no novo Acordo. A repetição em que o texto foi redigido rigorosamente de acordo com as novas normas é:

- A) “As águias no céu corriam, / E os areais se volviã, / E horrendas feras bramiam / No imenso da solidão; / Mas vozes do deserto / Se erguiã como um concerto / E vinham saudar-me perto: / - Tu és, senhor, Napoleão!” (Fagundes Varela) → As águias no ceu corriam, / E os areais se volviã, / E horrendas feras bramiam / No imenso da solidão; / Mas vozes do deserto / Se erguiã como um concerto / E vinham saudar-me perto: / - Tu és, senhor, Napoleão!
- B) “Quem te disse ao ouvido esse segredo / Que raras deusas têm escutado - / Aquele amor cheio de crença e medo / Que é verdadeiro só se é segredo?... / Quem to disse tão cedo?” (Fernando Pessoa) → Quem te disse ao ouvido esse segredo / Que raras deusas tem escutado - / Aquele amor cheio de crença e medo / Que é verdadeiro só se é segredo?... / Quem to disse tão cedo?
- C) “Olhai! hoje o trigal é mais verde e mais forte! / O chão foi adubado a carne e sangue... / Que importa haja caído um exército exangue, / se deu a vida ao trigo tanta morte!” (Mário de Andrade) → Olhai! hoje o trigal é mais verde e mais forte! / O chão foi adubado a carne e sangue... / Que importa haja caído um exército exangue, / se deu a vida ao trigo tanta morte!
- D) “Já não sei o que vale a nova ideia, / Quando a vejo nas ruas desgrenhada, / Torva no aspecto, à luz da barricada, / Como tocante após lúbrica ceia...” (Antero de Quental) → Já não sei o que vale a nova ideia, / Quando a vejo nas ruas desgrenhada, / Torva no aspeto, à luz da barricada, / Como tocante após lúbrica ceia...
- E) “A gente da cidade, aquele dia, / (Uns por amigos, outros por parentes, / Outros por ver somente) concorria, / Saudosos na vista e descontentes. / E nós, co'a virtuosa companhia / De mil Religiosos diligentes, / Em procissão solene, a Deus orando, / Para os batéis viemos caminhando.” (Luís de Camões) → A gente da cidade, aquele dia, / (Uns por amigos, outros por parentes, / Outros por ver somente) concorria, / Saudosos na vista e descontentes. / E nós, coa virtuosa companhia / De mil Religiosos diligentes, / Em procissão solene, a Deus orando, / Para os bateis viemos caminhando.

Leia o texto abaixo e responda às questões de 05 a 07.

TEXTO 2

GRAMÁTICA E ENSINO

Quem lida com o ensino da gramática na escola sabe que uma língua histórica (como a portuguesa, a inglesa, a alemã, a italiana etc.) é um conjunto de sistemas que apresentam entre si coincidências e diferenças, tais como observamos na comparação de outros sistemas linguísticos. De modo que nenhum falante conhece toda uma língua histórica, mas sim usa uma variedade *sintópica* (um dialeto regional), *sinstrática* (um nível social) e *sintásica* (um estilo de língua). É claro que esse mesmo falante está à altura de entender mais de um sistema linguístico de sua língua histórica, pois que está em condições de reconhecer que existem outros falantes que utilizam a língua diferentemente dele. Chega até a perceber uma diacronia, pois que reconhece em muitos usos o ar da arcaicidade ou de novidade que assumem certos usos que pratica – para extrair deles recursos estilísticos – ou que ouve ou lê a outrem.

Assim sendo, a rigor, cada modalidade de língua homogênea e unitariamente, ou em outros termos, toda língua funcional - como a entende o linguista Eugenio Coseriu - tem a sua gramática como reflexo de uma técnica linguística que o falante domina e que lhe serve de intercomunicação na comunidade a que pertence ou se acha inserido.

Como bem lembra esse mestre, "constitui aspecto fundamental da linguagem o manifestar-se ela sempre como língua: conquanto 'criação', isto é, produção contínua de elementos novos, e, portanto, neste sentido, 'liberdade', por outro lado, a linguagem é, ao mesmo tempo, 'historicidade', técnica histórica e tradição, vínculo com outros falantes presentes e passados: em suma, solidariedade com a história atual e com a história anterior da comunidade dos falantes (...). Não se trata, entretanto, de uma limitação da liberdade (como vez por outra se pensa), mas da dimensão histórica da linguagem, que coincide com a própria historicidade do homem. Aliás, a liberdade humana não é arbítrio individual, é liberdade histórica e, como quer que seja, a língua não se 'impõe' ao indivíduo (embora isso frequentemente se costume dizer): o indivíduo 'dispõe' dela para manifestar sua liberdade de expressão".

Cada porção de falantes homogênea e unitária não se equivoca linguisticamente ao usar a técnica histórica específica para manifestar sua liberdade de expressão. Neste sentido, cada falante é um poliglota na sua própria língua, à medida que dispõe da sua modalidade linguística e está à altura de descodificar mais algumas outras modalidades linguísticas com as quais entra em contacto, quer aquela utilizada pelas pessoas culturalmente inferiores a ele, como aquelas a serviço das pessoas culturalmente superiores a ele.

Na escola antiga, o professor cometia o erro de entender como a *língua* aquela modalidade culta – literária ou não – refletida no código escrito ou na prática oral que lhe seguia o modelo, de todo repudiando aquele saber linguístico aprendido em casa, intuitivamente, transmitido de pais a filhos.

Hoje, por um exagero de interpretação de “liberdade” e por um equívoco em supor que uma língua ou uma modalidade é “imposta” ao homem, chega-se ao abuso inverso de repudiar qualquer outra língua funcional, que não seja aquela coloquial, de uso espontâneo na comunicação cotidiana.

Em ambas as atitudes há realmente opressão, na medida em que não se dá ao falante a liberdade de escolher, para cada ocasião do intercâmbio social, a modalidade que melhor sirva à mensagem, ao seu discurso.

No fundo, a grande missão do professor de língua

materna - no ensino da língua estrangeira o problema é outro - é transformar seu aluno num poliglota dentro de sua própria língua, possibilitando-lhe escolher a língua funcional adequada a cada momento de criação e até, no texto em que isso se exigir ou for possível, entremear várias línguas funcionais para distinguir, por exemplo, a modalidade linguística do narrador ou as modalidades praticadas por seus personagens.

Assim sendo, haverá opressão em “impor”, indistintamente, tanto a língua funcional da modalidade culta a todas as situações de uso da linguagem, como a língua funcional da modalidade familiar ou coloquial, nas mesmas circunstâncias, a todas as situações de uso da linguagem, pois que ambas as atitudes não recobrem a complexa e rica visão da língua como fator de manifestação da liberdade de expressão do homem.

Por outro lado, haverá “liberdade” quando se entender que uma língua histórica não é um sistema homogêneo e unitário, mas um diassistema, que abarca diversas realidades diatópicas (isto é, a diversidade de dialetos regionais), diastráticas (isto é, a diversidade de nível social) e diafásicas (isto é, a diversidade de estilos de língua), e que cada porção da comunidade linguística realmente possui de direito sua língua funcional, que resulta de uma técnica histórica específica.

(BECHARA, Evanildo. *Ensino da gramática. Opressão? Liberdade? São Paulo: Ática, 1985, p. 12-15.*)

5. Com a afirmação “No fundo, a grande missão do professor de língua materna - no ensino da língua estrangeira o problema é outro - é transformar seu aluno num poliglota dentro de sua própria língua” (8º parágrafo), o autor quer dizer essencialmente que:

- A) os professores de Língua Portuguesa devem estar obrigados a exercer o magistério de modo a fazer de seus alunos falantes fluentes na língua materna e pessoas capazes de expressar-se de acordo com as variedades regionais, de nível social e de estilos de língua.
- B) a escola deve superar a discussão travada entre os defensores do ensino da língua materna a partir da modalidade culta e os que defendem o ensino da língua a partir da modalidade coloquial, buscando uma posição intermediária que contemple todo o potencial dos alunos no sentido de desenvolver a sua competência linguística de maneira integral.
- C) a escola, principalmente pela ação dos professores de Língua Portuguesa, deve oferecer as condições para que os alunos, a partir da experiência linguística que trazem de casa, consigam expressar-se de variadas formas em sua própria língua, falando ou escrevendo, e sejam capazes de ler e entender textos nas diversidades diatópicas, diastráticas e diafásicas.
- D) os professores de Língua Portuguesa não devem “impor” a seus alunos, nas situações de uso da linguagem, nem a língua funcional na modalidade culta, nem a língua funcional na modalidade coloquial, pois que ambas as atitudes não recobrem a complexa e rica visão da língua como fator de manifestação da liberdade de expressão do homem.
- E) a escola deve desenvolver estratégias de ensino da língua materna que considere o fato de que os alunos, a partir da modalidade linguística de que dispõem, são capazes de decodificar apenas as modalidades linguísticas com as quais entram em contato, quer aquela utilizada pelas pessoas culturalmente inferiores, como aquelas a serviço das pessoas culturalmente superiores.

6. Tomando-se por base informações contidas no texto, bem com outras informações resultantes das pesquisas linguísticas, entende-se por língua padrão:

- A) a língua funcional de maior prestígio na sociedade, por ser considerada a modalidade culta formal, língua a qual, seja em expressão literária, seja em expressão não literária, é mais frequentemente refletida no código escrito ou na prática oral que lhe segue o modelo.
- B) a variante diastrática considerada culta, caracterizada por seu conservadorismo e pelo rigor gramatical, a qual, por ser registrada apenas na modalidade escrita, pode ser considerada suprarregional e acrônica.
- C) a língua culta que, seja em situação de formalidade ou de informalidade, apresenta-se dentro de padrões gramaticais considerados corretos e que, por ser a expressão comum a usuários de todas as regiões de uma comunidade linguística, também é chamada de língua de nação.
- D) a língua funcional considerada exemplar, quer pela sua estrutura, que melhor incorpora a tradição escrita da língua; quer pela sua formalidade, que a condiciona a ser usada especificamente por pessoas de escolaridade superior.
- E) a variante diafásica de maior prestígio social, em razão da formalidade que a reveste e do seu uso exclusivo pelos estratos intelectualizados da nação, principalmente no registro literário, seja na literatura escrita, seja na literatura oral.

7. Nos itens abaixo foram transcritos trechos literários de diferentes autores, todos rigorosamente de acordo com o português padrão. Em um dos trechos, entretanto, o autor cometeu um desvio gramatical, totalmente intencional, com o objetivo de obter um efeito estilístico com finalidade estética. Este trecho referido é:

- A) “Foi para vós que ontem colhi, senhora, / este ramo de flores que ora envio. / Não no houvesse colhido e o vento e o frio / tê-las-iam crestado antes da aurora.” (Manuel Bandeira)
- B) “A tarde ia morrendo. O sol declinava no horizonte e deitava-se sobre as grandes florestas, que iluminava com seus últimos raios. A luz frouxa e suave do ocaso, deslizando pela verde alcatifa, enrolava-se como ondas de ouro e de púrpura sobre a folhagem das árvores.” (José de Alencar)
- C) “Na planície avermelhada os juazeiros alargavam duas manchas verdes. Os infelizes tinham caminhado o dia inteiro, estavam cansados e famintos. Ordinariamente andavam pouco, mas como haviam repousado bastante na areia do rio seco, a viagem progredira bem três léguas.” (Graciliano Ramos)
- D) “Vós, diz Cristo Nosso senhor, falando com os pregadores, sois o sal da terra: e chama-lhes sal, porque quer que façam na terra, o que faz o sal. O efeito do sal é impedir a corrupção, mas quando a terra se vê tão corrupta como está a nossa, havendo tantos nela que têm ofício de sal, qual será, ou qual pode ser a causa desta corrupção?” (Antônio Vieira)
- E) “Trago-te flores, - restos arrancados / Da terra que nos viu passar unidos / E ora mortos nos deixa e separados. / Que eu, se tenho nos olhos malferidos / Pensamentos de vida formulados, / São pensamentos idos e vividos.” (Machado de Assis)

8. Abaixo, formando uma primeira coluna, foram transcritos cinco fragmentos de textos com características bem específicas de cinco diferentes gêneros textuais. Em seguida, formando uma segunda coluna, estão relacionados os gêneros textuais em que eles se enquadram. Leia com atenção cada fragmento de texto e numere a segunda coluna pela primeira.

FRAGMENTOS DE TEXTOS

1. Existiu sempre uma tendência para considerar que fazia muito calor abaixo da superfície terrestre. Há muito que se conhecem fontes de água quente e existem registos de violentas erupções vulcânicas. Terão sido talvez os vulcões que levaram os primeiros homens a pensar que, no interior da Terra, existia o Inferno – uma região onde o fogo nunca se extinguiu e na qual as almas das pessoas más eram para sempre torturadas por uma divindade implacável e vingativa. Não temos provas de que o Inferno existia nas profundezas da Terra, mas há dados que indicam que o centro do planeta é uma região de calor intenso e aparentemente inesgotável. Assim que os homens começam a escavar a Terra em busca, por exemplo, de ouro e diamantes, torna-se evidente que quanto mais se desce mais elevada é a temperatura. Nas minas mais profundas a temperatura é quase insuportável, mesmo com ar condicionado.

Tendo em conta o modo como a temperatura aumenta com a profundidade, supõe-se que o centro da Terra se encontre a uma temperatura de 5000°C. (...)

2. Natal

Sem dizer uma palavra, o homem deixou a estrada andou alguns metros no pasto e se deteve um instante diante da cerca de arame farpado. A mulher seguiu-o sem compreender, puxando pela mão o menino de seis anos.

— Que é?

O homem apontou uma árvore do outro lado da cerca. Curvou-se, afastou dois fios de arame e passou. O menino preferiu passar deitado, mas uma ponta de arame o segurou pela camisa. O pai agachou-se zangado:

— Porcaria...

Tirou o espinho de arame da camisinha de algodão e o moleque escorregou para o outro lado. Agora era preciso passar a mulher. O homem olhou-a um momento do outro lado da cerca e procurou depois com os olhos um lugar em que houvesse um arame arrebentado ou dois fios mais afastados.

— Péra aí...

Andou para um lado e outro e afinal chamou a mulher. Ela foi devagar, o suor correndo pela cara mulata, os passos lerdos sob a enorme barriga de 8 ou 9 meses.

— Vamos ver aqui... (...)

O menino Jesus Cristo estava morto.

3. Projeto da Unicamp alia pesquisa a cotidiano dos alunos

O “Ciência na Escola”, criado há cinco anos pelo Laboratório de Educação e Informática Aplicada (Leia), da Faculdade de Educação da Unicamp, é um projeto que busca transformar professores e alunos do ensino básico em pesquisadores. Com apoio da Fapesp, cada uma das escolas públicas de Campinas (SP) envolvidas tem um subprojeto de pesquisa, geralmente ligado ao cotidiano dos alunos e relacionado a mais de uma disciplina. Os professores das escolas se reúnem periodicamente com os coordenadores do projeto, no Leia, e durante o ano letivo, trabalham como orientadores das pesquisas de seus alunos.

A coordenadora do Leia, Afira Viana Ripper, destaca a importância do aprendizado por meio da pesquisa, nas escolas que participam do projeto. “O ‘Ciência na Escola’ é também um programa de formação continuada,

proporcionando ao professor uma re-significação de práticas pedagógicas, e aos alunos, uma relação afetiva com o conhecimento”, diz. (...)

4. Inovação: duro caminho dos obstáculos às competências.

Mais da metade do crescimento da produtividade das principais economias mundiais se explica hoje pela maior eficiência de suas instituições e pelas inovações introduzidas todos os anos pelas empresas. Nesses países, é o setor privado que lidera o esforço de inovação e também a pesquisa e desenvolvimento em novas tecnologias.

Isso é estimulado ao máximo pelos governos, com políticas que vão do suporte a pequenas inovações incrementais, incluem o uso de poder de compra dos estados e se valem de uma intensa cooperação com entidades de pesquisas.

O Brasil precisa e vai trilhar esse mesmo caminho. Precisamos de aumentos sistemáticos da produtividade para sustentar ganhos reais dos salários e melhorar a distribuição de renda. Precisamos alavancar a capacidade de competir das empresas e gerar melhores empregos. Para isso, vamos ter de dar prioridade à agenda da inovação. (...)

Com o apoio dos empresários, criaremos uma governança capaz de estimular e cobrar resultados. Vamos dar um salto na produtividade, para que seja sustentáculo das aspirações de todos os brasileiros por uma nação mais justa.

5. Tanto neste nosso jogo de ler e escrever, leitor amigo, como em qualquer outro jogo, o melhor é sempre obedecer às regras. Começemos, portanto, obedecendo às da cortesia, que são as primeiras, e nos apresentemos um ao outro. Imagine que pretendendo ser permanente a página que hoje se inaugura, nem eu nem você, — os responsáveis por ela, — nos conhecermos direito. É que os diretores de revista, quando organizam as suas seções, fazem como os chefes de casa real arrumando os casamentos dinásticos: tratam noivado e celebram matrimônio à revelia dos interessados, que só se vão defrontar cara a cara na hora decisiva do “enfim sós”.

Cá estamos também os dois no nosso “enfim sós” — e ambos, como é natural, meio desajeitados, meio carecidos de assunto. Começemos, pois, a falar de você, que é tema mais interessante do que eu. Confesso-lhe, leitor, que diante da entidade coletiva que você é, o meu primeiro sentimento foi de susto —, sim, susto ante as suas proporções quase imensuráveis. Disseram-me que o leitor de O CRUZEIRO representa pelo barato mais de cem mil leitores, uma vez que a revista põe semanalmente na rua a bagatela de 100.000 exemplares. (...)

GÊNEROS TEXTUAIS

- () Crônica literária
- () Artigo de opinião
- () Texto expositivo
- () Conto
- () Reportagem

Considerando-se a ordem numérica dos gêneros textuais de cima para baixo, pode-se afirmar que a numeração correta é:

- A) (4)(5)(3)(1)(2)
- B) (5)(4)(1)(2)(3)
- C) (2)(3)(5)(4)(1)
- D) (3)(2)(1)(5)(4)
- E) (5)(3)(4)(2)(1)

Leia o texto abaixo e responda às questões 09 e 10.

TEXTO 3

O CASAMENTO

- Aí, xará!
- Oi, Varum, como vai? A sua noiva está se arrumando. Ela já desce. Senta aí um pouquinho. Tira o capacete...
- Essa noivinha...
- Vocês vão ao cinema?
- Ela não lhe disse? Nós vamos acampar.
- Acampar? Só vocês dois?
- É. Qual é o galho?
- Não. É que... Sei lá.
- Já sei o que você tá pensando, cara. Saquei.
- É! Você sabe como é...
- Saquei. Você está pensando que só nós dois, no meio do mato, pode pintar um lance.
- No mínimo isso. Um lance. Até dois.
- Mas qualé, xará. Não tem disso não. Está em falta. Oi, gatona!
- Oi, Varum. O que é que você e papai estão conversando?
- Não, o velho aí tá preocupado que nós dois, acampados sozinhos, pode pintar um lance. Eu já disse que não tem disso.
- Oi, papai. Não tem perigo nenhum. Nem cobra. E qualquer coisa o Varum me defende. Eu Jane, ele Tarzan.
- Só não dou o meu grito para proteger os cristais.
- Vamos?
- Vamlá?
- Mas... Vocês vão acampar de motocicleta?
- De motoca, cara. Va-rum, va-rum.

(VERÍSSIMO, L. Fernando. *Para gostar de ler*. Vol. 13: *Histórias divertidas*. São Paulo, Ática, 1994, p. 72-73. Fragmento.)

9. No fragmento de narrativa acima, são vários os traços de oralidade resultantes do diálogo entre o pai, o futuro genro e a filha. Abaixo foram transcritas algumas falas e, à frente de cada uma, foram feitos comentários característicos da linguagem oral. A opção em que há comentário NÃO pertinente à fala transcrita é:

- A) “Oi, Varum, como vai? A sua noiva está se arrumando. Ela já desce. Senta aí um pouquinho. Tira o capacete...” → não uniformidade na forma de tratamento da pessoa com quem se fala.
B) “É. Qual é o galho?” → substantivo em registro informal, designando “questão”, “problema”.
C) “- Já sei o que você tá pensando, cara. Saquei.” → redução silábica de radical de verbo + vocativo interlocutório informal + verbo em registro informal, designando “perceber”, “entender”.
D) “Você está pensando que só nós dois, no meio do mato, pode pintar um lance.” → verbo em registro informal, designando “surgir mais ou menos ao acaso” + substantivo em designação conotativa de ato sexual.
E) “Mas qualé, xará. Não tem disso não. Está em falta. Oi, gatona!” → combinação fonética depreciativa seguida de vocativo que conota “desprezo” + redundância da negativa + aumentativo afetivo.

10. Uma atividade desenvolvida com frequência nas aulas de linguagem consiste em solicitar que o aluno reescreva trechos narrativos expressos em discurso direto, passando-os para o discurso indireto e redigindo-os de acordo com as normas da língua padrão. Dos itens abaixo, nos quais foram reescritos falas do texto 3 para o discurso indireto, aquele em que a redação apresenta alteração de sentido em relação ao original é:

- A) “- Oi, Varum, como vai? A sua noiva está se arrumando. Ela já desce. Senta aí um pouquinho. Tira o capacete...” → O pai da moça saudou o futuro genro, disse-lhe que a filha estava se arrumando e não demoraria, e ainda sugeriu-lhe que se sentasse e tirasse o capacete.
B) “Ela não lhe disse? Nós vamos acampar.” → O futuro genro estranhou a pergunta, indagando ao pai se a filha não lhe dissera que iam acampar.
C) “Acampar? Só vocês dois?” → O pai aborreceu-se com a resposta e quis saber, indignado, se os dois iam acampar sozinhos.
D) “- Oi, Varum. O que é que você e papai estão conversando?” → A filha chegou, saudou o namorado e quis saber sobre qual assunto os dois conversavam.
E) “- Oi, papai. Não tem perigo nenhum. Nem cobra. E qualquer coisa o Varum me defende. Eu Jane, ele Tarzan.” → A filha tentou despreocupar o pai, dizendo-lhe que não havia perigo algum e que, em caso de alguma necessidade, o namorado a defenderia, como se ele fosse o Tarzan e ela a Jane.

POLÍTICAS E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA LEGISLAÇÃO DIDÁTICA E CURRÍCULO TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS

11. De acordo com a autora Maria Teresa Esteban (2002), a avaliação, que mantém a lógica do exame, pode se tornar um mecanismo de “(...) manter a disciplina; um dos instrumentos capazes de atuar com intensidade e amplitude sobre o sujeito (...). Tem o sentido de disciplinar não só o corpo, mas também o pensamento, a vontade, as disposições.” Nesta perspectiva, pode-se afirmar que:

- A) o sujeito se percebe como vítima do processo e identifica a avaliação como causadora de seu fracasso escolar.
B) não importa a classe social do sujeito, pois o mecanismo de avaliação equipara a todos a um mesmo patamar.
C) não é claro ao sujeito que ele está sendo vítima de um processo de avaliação sutil, que lhe faz internalizar sentimento de culpa por seu fracasso.
D) a avaliação é fundamental e indispensável no processo ensino-aprendizagem, pois só através dela, se pode medir o progresso do sujeito.
E) há uma violência simbólica na medida em que todos são obrigados a submeterem-se ao processo de avaliação.

12. De acordo com as Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais, o papel da escola no ensino fundamental é:

- A) afirmar o caráter multirracial e pluriétnico da sociedade brasileira.
- B) tratar a questão racial como conteúdo inter e multidisciplinar durante todo o ano letivo.
- C) garantir que o/a professor/a esteja hierarquicamente a serviço dos(as) estudantes numa relação ética e respeitosa.
- D) romper com a visão compartimentada dos conteúdos escolares.
- E) conscientizar o professor de que no processo educacional ele é aprendiz desta temática e mediador entre o aluno e o objeto de aprendizado.

13. De acordo com a LDB nº 9.394/96, no Capítulo II, destinado à Educação Básica, na Seção III, que trata do Ensino Fundamental, houve alteração na redação do Artigo 32, dada pela Lei nº 11.274/06, que modifica a duração do ensino fundamental e a idade de inclusão do aluno. O texto do Artigo 32 ficou da seguinte forma:

- A) “O ensino fundamental, com duração mínima de 8 (oito) anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante...”
- B) “O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante...”
- C) “O ensino fundamental, com duração mínima de 8 (oito) anos, obrigatório e gratuito na escola pública a partir dos seis anos, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante...”
- D) “O ensino fundamental obrigatório, com duração de 8 (oito) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 7 (sete) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante...”
- E) “O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito e obrigatório na escola pública, iniciando-se aos 7 (sete) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante...”

14. O autor Pablo Gentili (Gentili & Alencar, 2003), em seu texto “Educação e cidadania: a formação ética como desafio político.”, cita que para o Sociólogo inglês T. H. Marshall, “deve-se distinguir três dimensões na construção histórica da cidadania.” Estas três dimensões são a:

- A) civil, política e social.
- B) política, social e democrática.
- C) democrática, civil e política.
- D) social, educacional e civil.
- E) educacional, democrática e moral.

15. O Art. 37 da LDB nº 9.394/96, no Capítulo II destinado à Educação Básica, na Seção V, que trata da educação de jovens e adultos, determina: “A educação de Jovens e adultos será destinada aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.” Este artigo, de acordo com a Lei nº 11.741 de 2008, ganhou um terceiro parágrafo, que diz:

- A) “A formação inicial de profissionais de magistério dará preferência ao ensino presencial, subsidiariamente fazendo uso de recursos e tecnologias de educação a distância.”
- B) “É obrigatória a frequência de alunos e professores, salvo nos programas de educação a distância.”
- C) “Os cursos do ensino médio terão equivalência legal e habilitarão ao prosseguimento de estudos.”
- D) “A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.”
- E) “A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento.”

16. A escola que considera a educação como responsável pelo processo de auxiliar o aluno no desenvolvimento de suas próprias capacidades de aprender, construindo-se a si mesmo, além de perceber a realidade de forma crítica, deverá propor um currículo:

- A) racional-tecnológico.
- B) integrado.
- C) tradicional.
- D) escolanovista.
- E) sociocrítico.

17. Atualmente há um empenho em introduzir a “Pedagogia das Competências” nas escolas e empresas. A alternativa que descreve o objetivo desse empenho é:

- A) Resolver o problema da ineficiência do ensino, diante da sua inadequação às exigências sociais.
- B) Buscar desenvolver uma educação integral baseada na organização do trabalho e da indústria.
- C) Preparar melhor o sujeito para a realização de seus ideais, independentemente das suas possíveis dificuldades sociais.
- D) Ajustar o perfil dos indivíduos ao tipo de sociedade decorrente da reorganização do processo produtivo, maximizando a eficiência do sujeito.
- E) Desenvolver habilidades no indivíduo que lhe permitam ascender socialmente com facilidade.

18. Ao se trabalhar com o conceito de Educação Ambiental “como um processo educativo que dialoga com valores éticos e regras políticas de convívio social, cuja compreensão permeia as relações de causas e efeitos dos elementos socioambientais numa determinada época, para garantir o equilíbrio vital dos seres vivos,” a formação continuada considera algumas condições que estão atreladas a esse conceito, tal como:

- A) concentrar o processo de EA apenas no coletivo e, no caso da escola, isto pressupõe também um aprendizado institucional, ou seja, seria necessário que a “instituição escola” se submetesse a uma mudança de agenda e procedimentos burocráticos.
- B) focar na mudança do indivíduo como principal vetor para a mudança global, o que representa uma visão simplista do trabalho com as relações sociais, porém, atualmente é mais que suficiente para mudar o padrão de desenvolvimento.
- C) inserir a EA com sua condição de transversalidade para se contrapor à lógica segmentada do currículo, contemplando o ideal de uma nova organização de conhecimentos por meio de práticas interdisciplinares.
- D) compreender a complexidade da EA pois, existe um movimento dialético cuja conexão indivíduo versus grupo pode gerar mudança efetiva.
- E) garantir que os elementos conceituais que orientam a EA não estejam no “núcleo duro” da institucionalidade da educação como nos projetos político-pedagógicos e na gestão.

19. “Não há dúvida de que a escola é uma agência moral de fundamental importância.” (GENTILI, 2003) Segundo o autor, o motivo desta afirmativa se justifica no fato de que a escola:

- A) inclui conteúdos de formação ética e cidadã.
- B) transmite para as novas gerações os valores, as normas e os direitos constitutivos da moralidade.
- C) desenvolve práticas que formam e marcam a dimensão moral da subjetividade de quem a frequenta.
- D) educa moralmente, tarefa que lhe compete com exclusividade.
- E) forma cidadãos e cidadãs portadores de princípios morais que permitam seu reconhecimento como participantes de uma comunidade.

20. “Com base no pressuposto da neutralidade científica, e inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, (...) advoga a favor da reorganização do processo educativo de maneira que o torne objetivo e operacional.” (SAVIANI, 2007) Estas são ideias da concepção pedagógica:

- A) tradicional.
- B) positivista.
- C) tecnicista.
- D) construtivista.
- E) escolanovista.

21. A Proposta de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Contribuições para a implementação da Lei nº 10.639/2003) foi estruturada a partir de seis eixos estratégicos. A alternativa que NÃO pertence a estes eixos estratégicos é:

- A) Avaliação e Monitoramento.
- B) Socialização e visibilidade da cultura negro-africana.
- C) Política de formação para gestores e profissionais de educação.
- D) Fortalecimento do marco legal.
- E) Gestão democrática e mecanismos de participação social.

22. Segundo a autora Haydée Torres de Oliveira, “a transversalidade da questão ambiental é justificada pelo fato de que seus conteúdos, de caráter tanto conceituais, como procedimentais, e também atitudinais, formam campos com determinadas características em comum”, EXCETO quando esses conteúdos:

- A) não estão configurados como áreas ou disciplinas.
- B) não fazem parte das Diretrizes Curriculares pré-estabelecidas.
- C) podem ser abordados a partir de uma multiplicidade de áreas.
- D) estão ligados ao conhecimento adquirido por meio da experiência, com repercussão direta na vida cotidiana.
- E) envolvem fundamentalmente procedimentos e atitudes, cuja assimilação deve ser observada a longo prazo.

23. A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades. O atendimento educacional especializado nesse sentido tem como função:

- A) disponibilizar atendimento especializado para esses alunos tanto na modalidade oral e escrita quanto na língua de sinais.
- B) identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.
- C) criar ações que possibilitem a ampliação de oportunidades de escolarização, formação para ingresso no mundo do trabalho e efetiva participação social.
- D) dispor recursos, serviços e atendimento educacional especializado que estejam presentes nos projetos pedagógicos.
- E) avaliar considerando tanto o conhecimento prévio e o nível atual de desenvolvimento do aluno quanto às possibilidades de aprendizagem futuras.

24. De acordo com o autor José Carlos Libâneo (2004), a ideia-chave do conceito de “formação continuada” do professor implica em:

- A) produzir a sua profissionalidade no exercício do seu trabalho.
- B) reforçar a aprendizagem dos alunos no exercício da sua profissão.
- C) superar as dificuldades do dia a dia em sala de aula com base nas teorias estudadas.
- D) analisar a reação de seus alunos sobre a aprendizagem para definir suas metas de ensino.
- E) rever a sua prática ao analisar a prática do outro.

25. Pensando a avaliação como “uma tentativa de compreender o processo cognitivo do sujeito, utilizando para tal, uma metodologia sensível às diferenças, com questões de formulações abertas, que permitam a este sujeito, a construção da sua própria resposta, enfatizando sua pluralidade”, concorda-se com o conceito de avaliação numa perspectiva:

- A) Modernista.
- B) Tradicionalista.
- C) Quantitativa.
- D) Positivista.
- E) Qualitativa.

26. De acordo com a autora Maria Elizabeth Barros de Barros, “‘Currículo real’ tem a ver com pluralidade de práticas e de sentidos; são multidimensionais, complexos, plurais, incontáveis e falam do trabalho real (...) docente”. Pode-se afirmar que o educador NÃO utiliza este conceito quando a sua prática:

- A) se efetiva na experiência vivida.
- B) escapa às padronizações.
- C) não se refere ao conhecimento formalizado, vai além.
- D) não é resistente à técnica.
- E) está atenta ao fracasso das prescrições.

27. Na LDB nº 9.394/96, Capítulo V, que trata da Educação Especial, o Art. 58 determina: “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei a modalidade de educação escolar oferecida:

- A) preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.”
- B) obrigatoriamente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades.”
- C) obrigatoriamente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidade especiais.”
- D) preferencialmente na rede pública de ensino, para educandos portadores de necessidades.”
- E) obrigatoriamente na rede de ensino, para educandos portadores de todo tipo de necessidades.”

28. A Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000, composta de 25 Artigos, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Apenas um Artigo NÃO pertence a esta resolução:

- A) Art. 8º – Observado o disposto no Art. 4º, VII da LDB, a idade mínima para a inscrição e realização de exames supletivos de conclusão do ensino médio é a de 18 anos completos.
- B) Art. 14 – A competência para a validação de cursos com avaliação no processo e a realização de exames supletivos fora do território nacional é privativa da União, ouvido o Conselho Nacional de Educação.
- C) Art. 25 – Será objetivo permanente das autoridades responsáveis alcançar relação adequada entre o número de alunos e o professor, a carga horária e as condições materiais do estabelecimento.
- D) Art. 9º – Cabe aos sistemas de ensino regulamentar, além dos cursos, os procedimentos para a estrutura e a organização dos exames supletivos, em regime de colaboração e de acordo com suas competências.
- E) Art. 17 – A formação inicial e continuada de profissionais para a Educação de Jovens e Adultos terá como referência as diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental e para o ensino médio e as diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores.

29. O autor Dermeval Saviani (2007), faz distinção entre “ideias educacionais” e “ideias pedagógicas”. Ele conceitua as “ideias pedagógicas” como a:

- A) história da mentalidade pedagógica no Brasil.
- B) análise do fenômeno educativo.
- C) própria substância da prática educativa.
- D) produção teórica no âmbito das diferentes disciplinas científicas.
- E) compreensão do pensamento de grandes pedagogos da história.

30. As Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental do Município de Vitória/ES, por influência de uma perspectiva social, política e cultural, apresentam no seu conjunto uma proposta curricular que esta voltada para a:

- A) articulação do ensino-aprendizagem de modo a garantir ao educando o suprimento de suas necessidades sociais e psicológicas, formando um cidadão consciente de suas obrigações com a sociedade.
- B) normatização do método de ensino-aprendizagem, norteado por uma abordagem psicopedagógica, que classifica o aluno como sujeito que deve ter suas práticas sociais norteadas pelos princípios éticos adquiridos na escola.
- C) adequação dos conteúdos de forma a estabelecer contato do educando com o mundo do trabalho, auxiliando-o na perene tarefa da escolha de uma profissão, contribuindo para que este educando, no futuro, esteja menos suscetível à exclusão social.
- D) formação da cidadania plena, adotando, uma perspectiva psicopedagógica que considera o aluno como ser pensante e defende a ideia de trabalhar com os alunos como seres pensantes e capazes da construção de sua autonomia.
- E) padronização do currículo, com o objetivo de manter o aluno constantemente supervisionado e avaliado, garantindo assim a permanência do sujeito no âmbito escolar, evitando sua marginalização e exclusão.

31. Quais são as quatro liberdades que caracterizam o software livre?

- A) Distribuição, cópia, atualização e uso.
- B) Uso, cópia, modificações e redistribuição.
- C) Alteração, compilação, atividade e cópia.
- D) Atualização, cópia, composição e uso.
- E) Programação, função, causa e resposta.

32. A diferença fundamental de desenvolvimento entre o software livre e o proprietário fica mais evidente quando é observado o modelo de desenho e confecção dos programas. O modelo de código aberto é um modelo colaborativo que envolve programadores da empresa e aqueles interessados no desenvolvimento de tal software, incluindo voluntários espalhados pelo mundo, já o modelo proprietário:

- A) conduz o modelo de maneira a administrar o desenvolvimento e a distribuição.
- B) utiliza linhas de códigos privadas e diferenciadas impossibilitando alterações.
- C) trabalha somente com programadores contratados, assalariados ou terceirizados.
- D) estimula programadores a desenvolver softwares de objetivo real de uso.
- E) proporciona um desmembramento do software por empresas terceirizadas.

33. O software livre assegura ao nosso país a possibilidade de dominar as tecnologias que utilizamos, sua grande consequência sociocultural e econômica é:

- A) aposta no compartilhamento da inteligência e do conhecimento.
- B) investimento em melhorias e atualização em todos os softwares.
- C) sustentabilidade ligada ao baixo custo de compra e manutenção.
- D) encaminhar a economia do país a posição de sustentabilidade.
- E) empregar recursos ligados diretamente a educação informatizada.

34. Todas as linhas de instruções que compõem o software posteriormente serão traduzidas para a linguagem compreensível somente pelo computador. Onde tais instruções estão contidas?

- A) Hardware.
- B) Estrutura lógica.
- C) Memória.
- D) Plug-ins.
- E) Código-fonte.

35. A Internet foi construída sobre padrões criados para assegurar a interoperabilidade. Ela acontece por meio de protocolos abertos e comuns em rede mundial de computadores no ciberespaço, podemos afirmar que interoperabilidade é a:

- A) aliança existente entre códigos, servidores e desenvolvedores.
- B) ligação entre Internet e servidores distribuídos no ciberespaço.
- C) atualização constante do software em constante desenvolvimento.
- D) capacidade de comunicação de um software e um hardware.
- E) inexistência de protocolos entre servidores e usuários.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

36. Partindo da ideia de que a arte é um sistema de manifestações e códigos que se interpenetram e se recodificam a cada momento, a linguagem artística busca resolver o problema artístico no qual se encontra o artista, possibilitando-lhe:

- A) a construção e reordenação das manifestações emotivas por intermédio da contribuição dos estudos.
- B) a discussão periódica a respeito dos patamares em que se encontram os saberes artísticos.
- C) o encaminhamento para a organização da prática educativa escolar em arte com crianças.
- D) o pensamento e a expressão de si e de sua época, por imagens sonoras, visuais, corporais ou poéticas.
- E) a observação e a indagação sobre as primeiras fases dos trabalhos voltados a compreensão estética.

37. O saber educacional em arte envolve saber sobre processos de aprendizagem e organização da didática, portanto, é importante saber sobre:

- A) o desenvolvimento sensório-motor, vivências, sentimentos e práticas.
- B) a gênese da aprendizagem de conceitos, princípios, procedimentos e valores.
- C) a constatação de apreciações artísticas, culturais, religiosas e sociais.
- D) a análise dos saberes artísticos, intermediações, observações e sequências.
- E) o caminho da seleção prazerosa, intenções, interesses e configurações.

38. A formação cultural da criança é imprescindível, porque a aprendizagem ocorre a partir da assimilação ativa do aprendiz sobre os objetos de conhecimento, cuja fonte principal é:

- A) a produção sócio-histórica de conhecimento nas distintas culturas.
- B) a nuance sensível e cognitiva capaz de selecionar as formas.
- C) o domínio do planejamento e articulação dos componentes da arte.
- D) o interesse relativo ao potencial criador artístico diversificado.
- E) o projeto das ações formadoras de opinião que já são atuantes.

39. O Dinamizador de Arte que produz conhecimento pedagógico desempenha um papel mais significativo entre seus pares e desfruta de seu trabalho, pois exercita uma prática reflexiva e, assim sendo, pode colaborar efetivamente:

- A) na competência e formação das escolas vinculadas aos órgãos oficiais.
- B) na transformação do projeto sociocultural elaborado pelos professores de arte.
- C) na discussão e análise crítica sobre as questões que envolvem o ensino da arte.
- D) no interesse pela arte, por artistas e suas histórias situadas no cotidiano.
- E) na pesquisa e aprofundamento dos conteúdos técnicos para a comunidade.

40. É importante educar com arte, porque o artista proporciona, com os objetos que cria e disponibiliza para outro, um desfrute que só é concretizado se há criação na recepção pelo outro, uma troca entre sujeitos, mediada por significados poéticos. Quem recebe a obra conecta seus sentidos com os do objeto criado e interage com as proposições poéticas do artista, em um momento de encantamento e trabalho intenso, de natureza:

- A) diferente diante dos aspectos estéticos.
- B) imaginativa dentro das possibilidades.
- C) superficial diante dos elementos da arte.
- D) estereotipadas já que a produção é rara.
- E) análoga ao trabalho de criação do artista.

41. Ao visitarem um Museu, os contextos culturais das crianças conformam as possibilidades de recepção e se expressam nas leituras que cada uma faz dos objetos das mostras. Cabe ao educador de museu realizar essa investigação na prática, a partir de seu contexto cultural, utilizando:

- A) suas expressões próprias devendo ficar atento a isso.
- B) seus saberes da didática da arte na promoção da recepção.
- C) suas associações entre uma grande variedade de escolha.
- D) sua condução da atividade expressiva do expectador.
- E) seu entendimento diante da própria natureza artística.

42. A mediação entre o aluno e a obra é como um trabalho de arte, no qual as experiências anteriores e o saber do educador são o plano de fundo, e a cena real, a visita, para estar em consonância com os conceitos da arte contemporânea, na qual figura e fundo, quando existem, constituem:

- A) partes em plena integração.
- B) discussões sobre imagens.
- C) intervenção do expectador.
- D) reflexões sobre o trabalho.
- E) normas aceitas pelo público.

43. O desenho da criança é uma das condutas da função simbólica, ao lado do jogo, da imitação diferida, da evocação verbal e da imagem mental. Sua concretização é um virtual humano, cuja aquisição é um fenômeno regulado por:

- A) análises sobre aprendizado e formas de expressão.
- B) posturas de observação e relação com a arte.
- C) oportunidades educativas e pelo fazer do desenhista.
- D) procedimentos de caráter educativo e visualização.
- E) vivências lúdicas e os próprios trabalhos artísticos.

44. A criança pode ser autônoma ao executar e interpretar trabalhos artísticos, embora o faça de maneira cultivada, ou seja, denotando a influência cultural que recebe e expressando nas suas atividades:

- A) sua visão arbitrária sobre arte e submeter sua atividade a especulações.
- B) sua capacidade de exigir o conhecimento e descobrir a si acima dos outros.
- C) sua expectativa diante do conteúdo artístico e revelar suas sensações.
- D) seu potencial para fazer arte e refletir sobre a sua produção artística.
- E) seu processo de evolução cultural e desvelar a sua humanização.

45. O educador saber que o desenho não é simplesmente a representação do mundo visível, mas que é uma linguagem, com características próprias, com forte marca de decisões individuais e das culturas coletivas em sua fatura, evita que se enquadre os estudantes em:

- A) expressões típicas da mídia que eles tanto adoram repetir diariamente.
- B) acontecimentos típicos da infância em que cada geração se descobre.
- C) visões parciais e deformadoras sobre o ato de desenhar e ler desenhos.
- D) surpresas desagradáveis diante dos conteúdos trabalhados no desenho.
- E) tendências negligenciadas a partir do desinteresse pelo fazer artístico.

46. A criança, desde pequena, age, reflete, abstrai sentidos de sua experiência com desenhos. Progressivamente, ela pode construir significados sobre o que é e foi o desenho na história, quais são e foram os princípios e os fatos, procedimentos e valores associados ao desenho na História da Arte. Sendo assim, é bom que, na escola, o aluno:

- A) viabilize sua produção de acordo com as normas acadêmicas vigentes e aceitas socialmente.
- B) desencadeie um processo no qual o aprendiz participa ativamente de relações sociais.
- C) preserve a atividade artística dentro de si orientando o seu fazer diante do desapercibido.
- D) descubra que o desenho não difere de nenhuma outra ação educativa dentro da escola.
- E) relacione o desenho que faz com o conhecimento acumulado sobre desenho na sociedade.

47. A educação é comunicação e significação, e não simples transmissão de informações ou estímulos. É um processo em que ações com intenções educativas podem ser:

- A) decoradas, apreendidas e verificadas pelo educando na escola.
- B) expandidas, pesquisadas e analisadas pelo indivíduo durante a inspiração.
- C) adquiridas, representadas e relacionadas com a racionalização.
- D) decodificadas, recriadas e assimiladas pelo sujeito da aprendizagem.
- E) aplicadas, movimentadas e contestadas diante da expectativa do novo.

48. A interação com culturas diferentes entre alunos e professores de diferentes culturas, etnias e camadas sociais pode beneficiar a:

- A) fruição de diversas técnicas e a seleção de obras que mobilizam o desejo.
- B) compreensão da pluralidade cultural e o respeito às semelhanças e diferenças.
- C) perspectiva da apreensão estética e artística produzidas por e para si.
- D) individualização dos gestos ligados à percepção cultural da sociedade.
- E) avaliação da importância do respeito às relações plásticas e de pesquisas.

49. A criança ao entrar em contato com os objetos, rapidamente começa a interagir com o mundo sonoro, que é o embrião da música, e, nessa medida, qualquer objeto que produz ruído torna-se para ela:

- A) um instrumento musical capaz de prender sua atenção.
- B) uma nutrição estética capaz de total concentração.
- C) uma leitura de seus próprios dilemas mentais.
- D) um olhar crítico diante de toda a produção realizada.
- E) um aprendizado diante da aceitação da sociedade.

50. É interessante observar a grande influência que a música exerce sobre a criança. É por isso que os jogos ritmados, próprios dos primeiros anos de vida, devem ser trabalhados e incentivados na escola. Ao Dinamizador de Artes caberá compreender em que medida a música constitui uma possibilidade expressiva para o aluno, uma vez que:

- A) diversifica o que é informação e divulgação artística.
- B) assinala corretamente os elementos básicos da linguagem.
- C) determina o que tem valor emocional e psicológico.
- D) atinge diretamente sua sensibilidade afetiva e sensorial.
- E) atribui uma leitura coletiva das redes de significações.

51. O educador, antes de transmitir sua própria cultura musical, deve pesquisar o universo musical a que a criança pertence, e encorajar atividades relacionadas com:

- A) atitudes e valores ligados ao conteúdo e competências específicas.
- B) incontestáveis informações materiais vinculadas à razão.
- C) a criação de novas formas de expressão através da música.
- D) avaliações de uma relação de autoconfiança com os fatos.
- E) a comparação de diversas experiências vividas socialmente.

52. Todos nós ouvimos a música de acordo com nossas aptidões, variáveis, sob certo aspecto, em três planos distintos: sensível, expressivo e puramente musical, o que corresponde respectivamente a:

- A) escutar, perceber e proceder.
- B) investigar, ouvir e mediar.
- C) avaliar, agir e abordar.
- D) encaminhar, sistematizar e planejar.
- E) ouvir, escutar e compreender.

53. A finalidade do ensino da música, na Educação Infantil, não é tanto transmitir uma técnica particular, mas sim, desenvolver no aluno o gosto pela música e a aptidão para captar a linguagem musical, e expressar-se através dela, além de possibilitar:

- A) a expressão de valores e condutas que minimizam a individualidade do aluno e valorizam o coletivo.
- B) o acesso do educando ao imenso patrimônio musical que a humanidade vem construindo.
- C) as atividades que desenvolvem o raciocínio impregnadas do espírito de modelos pré-estabelecidos.
- D) as correlações desvinculadas das práticas sociais vividas pela sociedade como um todo.
- E) o encaminhamento de ações e sistematizações baseados em padrões impostos pela escola.

54. A conduta do educador é essencial em todo o processo de aprendizagem. Embora seja mais cômodo impor silêncio, o educador deve esforçar-se para respeitar os ruídos que as crianças produzem na classe, bem como encontrar nessa massa sonora:

- A) um embrião de expressão musical coletiva.
- B) uma manifestação cultural modernista.
- C) uma política educacional culturalista.
- D) uma expressão de desagravo à escola.
- E) um processo de interferências tecnológicas.

55. Na Grécia, a música e a educação musical eram utilizadas como elementos estruturadores da cidadania e, por esse motivo, fortemente valorizadas. Entre os pensadores gregos, a música era considerada comparável à:

- A) geografia.
- B) ciência biológica.
- C) matemática.
- D) química.
- E) religião.

56. Os estudos relacionados à linguagem, a partir do séc. XX, contribuem para enfraquecer os rigorosos procedimentos lineares do método, dando espaço à criação e às propostas individuais, em vez das regularidades determinadas pelo pensamento:

- A) freudiano.
- B) pavloviano.
- C) aristoteliano.
- D) cartesiano.
- E) gregoriano.

57. Pela metade do século XIX, ganha corpo o entendimento da música como ciência, o que abre espaço à musicologia, que se propõe ao:

- A) encontro com o objeto cultural.
- B) contexto que envolve o expectador.
- C) complexo cultural de povos primitivos.
- D) desenvolvimento do raciocínio lógico.
- E) estudo e à reconstrução do passado.

58. Estar diante de um filme pode causar impacto e deflagrar uma série de questões e ações no aluno. Se houver disponibilidade, a obra, em sua forma direta, entra em contato com o contemplador e lhe fala coisas sobre:

- A) ela, sobre o mundo e sobre o próprio espectador.
- B) a história e sobre o audiovisual em sala de aula.
- C) a obra, sobre a seleção e as influências socioeconômicas.
- D) sobre as condições de vida e a inserção social dos atores.
- E) os padrões e sobre as escolhas que atendam as religiões.

59. As imagens cinematográficas congregam de alguma forma, aspectos sociais, religiosos ou políticos de uma época. Portanto, a escolha do filme a ser passado nas escolas nunca é neutra. Viabilizar a circulação do conhecimento, ampliar e qualificar o repertório cinematográfico favorecendo a formação de cidadãos críticos e sensíveis, é uma postura:

- A) político-religiosa.
- B) político-ideológica.
- C) político-militante.
- D) político-antropológica.
- E) político-sociológica.

60. Nem todas as crianças nascem obrigatoriamente com dotes artísticos, mas todas têm:

- A) a compreensão estética e artística como condição para as significações que não estão na obra.
- B) práticas sociais relevantes na aprendizagem artística, nos conceitos e nos valores morais.
- C) concepções estéticas vinculadas à arte contemporânea em caráter nacional e internacional.
- D) o olhar crítico que se deve ter em relação à produção visual e audiovisual, informatizada ou não.
- E) o direito a conhecimento da arte e a serem despertadas e encaminhadas nesse sentido.

DISCURSIVA

Utilize de 20 a 30 linhas para desenvolver as questões a seguir.

1. Antes de tudo, é preciso diferenciar Educação Ambiental e ensino sobre Meio Ambiente. Os conteúdos em si, os conceitos de ecologia, a Geografia e as Ciências já trazem. Outra coisa é fazer um trabalho que tem a ver com mudança de valores, atitudes e práticas. E isso é muito mais difícil, é preciso pensar uma didática que favoreça isso. Não adianta só ler textos e ver filmes. Temos que incluir situações práticas com as quais os alunos se envolvam. Precisa pensar a escola como parte do ambiente, considerar o consumo dos recursos, o reaproveitamento, o desperdício, procurar funcionar de um jeito sustentável. E, para isso, tem que envolver também a gestão escolar. É um trabalho complexo. Ter um coordenador pedagógico faz toda a diferença. Tudo isso mexe com a estrutura da escola. (Neide Nogueira)
Após diferenciar Educação Ambiental de Ensino de Meio ambiente, discorra sobre o texto.

2. “(...) desconfio que o museu raramente guarda a farda de um operário (nem mesmo a do operário padrão), mas tenho certeza de que guarda a casaca que o Sr. Fulano de Tal usou em determinada cerimônia. Decorre daí um outro poder que o museu possui: o de comunicar aos seus visitantes o poder de uma determinada classe social, ou de uma etnia, ou de uma geração.”
Comente a afirmação acima, retirada do livro *Museu, Educação e Cultura: encontros de crianças e professores com a arte de Maria Isabel Leite e Luciana Esmeralda Ostetto*, elaborando um texto sobre esse tema.

RASCUNHO

RASCUNHO